

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Atividade interativa entre o estágio supervisionado e o programa de residência pedagógica: a experiência do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Acre

Interactive activity between supervised internship and pedagogical residency program: the experience of the pedagogy licensure course at the Federal University of Acre

Actividad interactiva entre prácticas supervisadas y programa de residencia pedagógica: la experiencia del curso de licenciatura en pedagogía de la Universidad Federal de Acre pedagógica

Maria Irinilda da Silva Bezerra

Universidade Federal do Acre, (UFAC-AC), Rio Branco, Acre, Brasil
maria.irinil@ufac.br

Rafael Cauê Leite Fabrício

Universidade Federal do Acre, (UFAC-AC), Rio Branco, Acre, Brasil
rafael.fabricio@sou.ufac.br

Resumo: O artigo tem como objetivo relatar e refletir sobre uma experiência vivenciada no Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório) realizada por meio do Programa Residência Pedagógica (PRP). A ação foi desenvolvida no Curso de Licenciatura em Pedagogia, no Campus Floresta da Universidade Federal do Acre (Ufac), partindo da

necessidade de agregar e integrar o Estágio Supervisionado e Residência Pedagógica, no intuito de oferecer uma formação mais ampla, dinâmica e eficaz. Os resultados deste estudo evidenciaram que a experiência de Estágio Supervisionado proporcionada pelo desenvolvimento das atividades de iniciação à docência do Programa de Residência Pedagógica (PRP) vem garantindo aos alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufac uma formação cunhada nas vivências do “chão da escola”. Conclui-se que a atividade interativa entre essas duas experiências, encaminha para uma formação docente ampla e capaz de articular a teoria e a prática, oferecendo aos acadêmicos elementos sólidos para a construção da identidade e atuação profissional. O artigo reflete a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Diálogos. Estágio supervisionado. Extensão. Formação docente. Residência pedagógica.

Abstract: This article aims to report and reflect upon the Supervised Curricular Internship (mandatory) developed by the Pedagogical Residence Program (PRP). The activity occurred within the Pedagogy Licensure Course at the *Floresta* Campus of the Federal University of Acre (Ufac), considering the need to aggregate and integrate the Supervised Internship and the Pedagogical Residence Program and offer a broader, more dynamic, and fruitful education. The results indicate that the Supervised Internship experience in the Pedagogical Residence teaching initiation activities has consistently guaranteed an education grounded in the "school ground" for the Ufac's Pedagogy Licensure students. In conclusion, the interactive activities between these experiences direct a broad teaching formation, which can articulate theory and practice and provide students with a solid foundation for their professional identity and competence development. The article reflects upon the relationship between teaching, research, and extension.

Keywords: Dialogues. Extension. Pedagogical Residency. Supervised internship. Teacher training.

Resumen: El objetivo de este artículo es relatar y reflexionar sobre una experiencia vivida en el Estágio Supervisionado Curricular (obligatorio) realizado por medio del Programa Residência Pedagógica (PRP). La acción fue desarrollada en el Curso de Licenciatura en Pedagogía, en el Campus Floresta de la Universidad Federal de Acre (Ufac), con el fin de agregar e integrar Estágio Supervisionado y Residência Pedagógica, ofreciendo una formación más amplia, dinámica y eficaz. Los resultados de este estudio evidenciaron que la experiencia de Estágio Supervisionado proporcionada por el desarrollo de las actividades de iniciación a la docencia del Programa de Residência Pedagógica (PRP) viene garantizando a los alumnos del Curso de Licenciatura en Pedagogía de la Ufac una formación acuñada en las vivencias del “suelo escolar”. Se concluye que la actividad interactiva entre estas dos experiencias encamina hacia una formación docente amplia y capaz de articular la teoría y la práctica, ofreciendo a los académicos elementos sólidos para la construcción de la identidad y actuación profesional. El artículo refleja la relación entre docencia, investigación y extensión.

Palabras clave: Diálogos. Extensión. Formación de profesores. Pasantía supervisada. Residência pedagógica.

Data de submissão: 19/07/2023

Data de aprovação: 25/07/2023

Introdução

A escola é um dos principais lócus de atuação dos graduandos e egressos dos cursos de licenciatura. Sendo assim se faz necessário que, na formação inicial, estes tenham contato direto e desenvolvam atividades no seu principal campo de atuação profissional, a escola, através do Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório) e de outras experiências práticas formativas, tais como a Residência Pedagógica, que se configura como um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC), que possibilita a iniciação à docência dos residentes com as práticas pedagógicas no cotidiano escolar.

Partindo desta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo relatar e refletir sobre uma experiência de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório) realizada por meio do PRP. A ação foi desenvolvida no Curso de Pedagogia, no Campus Floresta, da Universidade Federal do Acre (Ufac) e teve como finalidade desenvolver um exercício piloto no âmbito desse curso, que por meio de uma orientação conjunta e coordenada buscou agregar e integrar essas duas importantes experiências formativas: Estágio Supervisionado e Residência Pedagógica, de modo a desenvolver uma atividade interativa que proporcionasse formação ampla, dinâmica e eficaz aos acadêmicos do curso. Nessa experiência piloto, os alunos puderam

integralizar os créditos exigidos na disciplina de Estágio Supervisionado como parte da dinâmica de trabalho desenvolvida no PRP.

A possibilidade para o desenvolvimento desta ação formativa partiu das demandas dos alunos de alguns cursos de licenciatura. Eles reclamam da falta de constância nas atividades desenvolvidas nas disciplinas de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório), as quais, da maneira como vinham sendo desenvolvidas, não garantiam uma formação consistente e pautada na relação teoria-prática. A gestão da Universidade Federal do Acre, atenta a estas demandas e na busca de fortalecer a formação de seus licenciandos, publicou a Resolução do Cepex, nº 125, de 25 de outubro de 2022, possibilitando que as atividades de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório), nos cursos de licenciaturas sejam desenvolvidas como parte das atividades do PRP.

De acordo com a Portaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nº 82, de 26 de abril de 2022, que dispõe sobre o regulamento do PRP, os residentes terão um tempo de dezoito meses atuando na escola-campo. Nesse tempo, desenvolvem atividades de observação de aulas, planejamentos e regências, sob acompanhamento e orientação do docente orientador e do preceptor, assim como pela equipe da gestão escolar. Espera-se que esse período relativamente extenso em uma escola da rede pública de ensino, garanta

aos graduandos das licenciaturas, uma formação docente adequada às demandas contemporâneas e cunhada no chão da escola básica.

No âmbito da Ufac, o PRP está regido pelo Edital Pró-reitora de Graduação/Prograd, nº 13/2022 que teve início em outubro de 2022 e finaliza em março de 2024. Os alunos do Curso de Pedagogia, inseridos no PRP, poderão solicitar o aproveitamento de créditos nas disciplinas de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório), de acordo com a etapa de ensino na qual executam as atividades do PRP. Todas as atividades são acompanhadas pelo docente orientador, professor do Curso de Pedagogia vinculado ao subprojeto do PRP e pelo preceptor da escola-campo. Este último deve ser um docente com experiência mínima de dois anos na educação básica, lotado na escola em que o subprojeto irá se desenvolver.

O subprojeto do PRP, regulado pelo Edital Prograd, nº 13/2022, iniciou com um encontro de orientação para os residentes, seguido de cursos de capacitação, encontros de ambientação nas escolas-campo, observação de aulas, planejamentos, preparação de materiais didáticos, orientação e intervenção nas atividades pedagógicas, regências e outras ações. Portanto, este artigo discute e reflete sobre o desenvolvimento destas atividades no sentido de demonstrar que as atividades de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório) podem ser desenvolvidas no PRP e que esta atividade interativa pode

culminar em uma formação docente sólida, subsidiada do conhecimento da escola básica e sustentada nos princípios científicos e culturais do ensinar e aprender. A partir desta interação, é possível, ainda, fortalecer a parceria entre a escola básica e a universidade nas políticas de formação docente. Desta forma, esse artigo reflete a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

As considerações aqui evidenciadas são frutos das reflexões oriundas do acompanhamento de grupos de alunos do Curso de Pedagogia, *Campus Floresta*, como docente orientadora durante os três editais do Programa de Residência Pedagógica, lançados pela CAPES, respectivamente em 2018, 2020 e 2022. Estas reflexões se juntaram às vivências relatadas pelos alunos acompanhados durante os três editais e, assim, foram sistematizadas na forma deste artigo. Autores como Libâneo (2013), Pimenta (2012) são as principais referências do artigo, que se encontra estruturado em duas partes: a primeira, intitula-se Estágios Supervisionados e Programa de Residência Pedagógica: a interlocução possível e necessária; a segunda, Novas possibilidades de formação na interação entre os Estágios Supervisionados Obrigatórios e o Programa de Residência Pedagógica.

Estágios supervisionados e programa de residência pedagógica: a interlocução possível e necessária

A Residência Pedagógica, segundo o art. 2º da Portaria de nº 82, de 26 de abril de 2022, é um programa da Capes que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura. O PRP visa fortalecer a formação de professores oferecendo saberes mais próximos à realidade prática e com uma ampla vivência no campo de atuação do professor, a escola. Buscando alcançar esta finalidade, o PRP tem como objetivos específicos:

- I - fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
- II - contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;
- III - estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
- IV - valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional;
- V - induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula (BRASIL, 2022, art. 4º).

O PRP ocorre por meio de parceria entre a União, os Estados e Municípios, visando fortalecer o intercâmbio entre as instituições de ensino superior e as escolas de educação básica. Esta política vem contribuindo significativamente para tornar a formação de professores da educação básica mais ampla, embasada no domínio dos conhecimentos pedagógicos e dos conteúdos específicos e sustentada nas vivências práticas do cotidiano escolar.

De acordo com a Portaria CAPES nº 82/2022, podem participar do PRP como residentes, os alunos regularmente matriculados em curso de licenciatura da IES em área contemplada no subprojeto, que tenham cursado o mínimo de 50% do curso ou estejam cursando a partir do 5º período. São exigências, ainda, que estes alunos possuam bom desempenho acadêmico, evidenciado pelo histórico escolar, e tenham disponibilidade de tempo para se dedicar às atividades do PRP. Conforme estabelecido no Edital Prograd/Ufac, nº 13/2022, a carga horária total dos residentes é de no mínimo 400 horas, sendo que estes precisam ter disponibilidade de 23 horas mensais para se dedicarem ao programa. Isso significa dizer que o PRP disponibiliza de um tempo considerável para que os graduandos possam, nessa imersão na escola, adquirir as experiências pedagógicas necessárias ao desempenho pedagógico exigido pela profissão.

O PRP oferecido nos cursos de licenciaturas, atendendo as orientações do Edital Prograd/Ufac, nº

13/2022, deve contemplar os seguintes aspectos e dimensões:

2.4.1.1 Formação voltada para o exercício da profissão e para a construção da identidade docente, considerando as dimensões técnicas, culturais, políticas e sociais, em toda a sua complexidade;

2.4.1.2 Articulação entre formação inicial e formação continuada, ancorada na socialização de reflexões, de inovações pedagógicas e de aprendizagens entre residentes, preceptores e docentes orientadores, promovendo a aproximação entre universidade e escola;

2.4.1.3 Imersão do licenciando no cotidiano da escola, visando a compreensão da cultura escolar em toda a sua complexidade;

2.4.1.4 Imersão do docente da educação básica na universidade, objetivando uma (re)construção dos seus conhecimentos a partir da sua inserção em pesquisas, estudos e extensão promovidos pelas IES;

2.4.1.5 Acompanhamento e orientação qualificada dos licenciandos por professores da educação básica e da educação superior;

2.4.1.6 Valorização da escola como espaço privilegiado de produção de conhecimentos específicos, tendo como princípio a indissociabilidade entre teoria e prática na formação docente.

2.4.1.7 Realização de seminários, oficinas, ou outras atividades coletivas que promovam a formação contínua dos bolsistas participantes do projeto, bem como a socialização das experiências vivenciadas no PRP;

2.4.1.8 Atuação dos residentes em atividades de regência de classe e de intervenção pedagógica, bem como participação desses estudantes em projetos educacionais e na elaboração de materiais didáticos inovadores;

2.4.1.9 Planejamento e execução de múltiplas atividades inerentes à ação docente, em níveis crescentes de complexidade, em direção à autonomia do licenciando, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos didáticos;

2.4.1.10 Realização de pesquisas colaborativas e produções acadêmicas conjuntas sobre os diversos fenômenos e situações reais que permeiam a escola e a sala de aula;

2.4.1.11 Sistematização e registro reflexivo das atividades realizadas pelos participantes em relatórios, relatos de experiências, memórias de formação ou instrumentos equivalentes de acompanhamento;

2.4.1.12 Desenvolvimento de ações que estimulem a inovação pedagógica, a ética profissional, a criatividade, a construção contínua da profissionalização docente e a interação entre os pares;

2.4.1.13 Possibilidade de integração entre as atividades de residência pedagógica e o estágio supervisionado do curso de licenciatura, respeitadas as normas e a autonomia das IES (UFAC, 2022).

É válido ressaltar que a flexibilidade contida no PRP possibilita que as dimensões elencadas tenham um campo fértil não apenas para o desenvolvimento dos saberes teórico-práticos voltados para a sala de aula, mas para

todos os saberes contidos nos vários campos, funções e atividades da profissão docente, tais como a gestão escolar, coordenação e as salas de atendimento educacional especializado. Essas dimensões são amplas e abarcam as várias possibilidades e experiências que os futuros professores devem vivenciar em seu processo de formação. Desse modo, podemos dizer que:

[...] a formação centrada na escola é aquela que acontece no contexto de trabalho, privilegiando a colaboração, a interlocução sobre as práticas, as necessidades e os interesses dos professores que participam da construção e da gestão do plano de formação e são corresponsáveis pelo seu desenvolvimento (CUNHA, PRADO, 2010, p. 102).

É exatamente uma formação centrada na escola, o grande foco principal do PRP. Esse tipo de ação formativa possibilita a colaboração e a interlocução entre os vários sujeitos envolvidos no processo de formação e de atuação docente, ou seja, com os professores formadores, os professores da educação básica, os coordenadores pedagógicos, os gestores das escolas, os coordenadores administrativos e os gestores públicos. Os vários aspectos e dimensões especificadas no Edital Prograd/Ufac, nº 13/2022, conforme consta acima, possibilitam esta interlocução com os diversos sujeitos envolvidos na formação docente e retiram esta incumbência da exclusividade das universidades. Ao permitir a articulação entre residentes,

preceptores, docentes orientadores e os demais professores da escola, o PRP promove a aproximação entre universidade e escola por meio da interação entre formação inicial e formação continuada, ancorada na socialização de reflexões, de inovações pedagógicas e de aprendizagens.

Outra grande potencialidade do PRP é o fato de garantir a vivência e aprendizagem dos vários elementos didáticos da prática pedagógica, como: o planejamento, a metodologia e a avaliação. Segundo Libâneo (2013, p. 24) “o caráter pedagógico da prática educativa se verifica com a ação, consciente, intencional e planejada no processo de formação humana”. Esse tipo de ação nem sempre consegue se efetivar de forma qualitativa nas experiências vivenciadas em muitos cursos de licenciatura e, especificamente, nas disciplinas de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório), uma vez que os alunos vão para as escolas e nelas passam um curto período, desenvolvendo determinadas atividades planejadas pelo professor da disciplina, como ocorre no Curso de Pedagogia do Câmpus Floresta.

Neste Curso, as 400 horas destinadas às disciplinas de Estágio Supervisionado estão subdivididas em 3 componentes curriculares e, em cada um destes, os licenciandos desenvolvem atividades de planejamento, observação de aula, regência e produção de relatório. Nessa organização didática, as horas destinadas à regência são reduzidas em detrimento das demais atividades. Além disso,

nem sempre o professor da disciplina consegue acompanhar e orientar essas práticas, de modo que acabam se convertendo em ações limitadas, tanto no que diz respeito ao curto tempo em que o estagiário permanece na escola básica, quanto em relação à diversidade de atividades pedagógicas, reduzidas à observação, planejamento e regência de aula. Assim, o estagiário deixa de vivenciar a complexidade do fazer docente e escolar nas suas múltiplas dimensões.

É exatamente nesses aspectos que reside uma das grandes possibilidades do PRP, o fato dos graduandos terem um percurso de dezoito meses de efetiva atividade nas escolas de educação básica, período no qual desenvolvem uma ação pedagógica guiada, supervisionada e rica em oportunidades onde experienciam as especificidades e dinâmicas do cotidiano escolar. Neste tempo passam por várias dimensões do fazer pedagógico, de modo que possam aplicar na prática, a teoria aprendida no curso, desenvolvendo ações formativas direcionados por essas dimensões.

Sobre o planejamento, Padilha (2001, p. 30) define esse elemento didático como um “processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos recursos disponíveis, visando à concretização de objetivos”. O planejamento escolar, é um elemento didático que possibilita uma ação crítico-reflexiva por parte dos agentes

educacionais, a fim de identificar resultados positivos e desafios a serem superados na prática educacional e pedagógica.

Na visão de Libâneo (2013, p. 36) o planejamento escolar deve ser caracterizado como uma “tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”. É uma ação que se dirige para a organização do trabalho docente e pedagógico, de maneira a possibilitar uma retomada do conteúdo trabalhado em sala de aula a fim de realizar as adequações necessárias para o alcance dos objetivos pretendidos.

Desse modo, o planejamento escolar deve alcançar as duas dimensões: organização do fazer pedagógico e reflexão da ação desenvolvida, através de uma autoavaliação dos diversos sujeitos envolvidos, com a finalidade de verificar se a prática docente tem possibilitado o alcance dos resultados estabelecidos, tanto no que diz respeito aos aspectos cognitivos quanto aos socioculturais.

O planejamento deve ser considerado como “[...] diretrizes gerais, documentos de referência, a partir dos quais são elaborados os planos didáticos específicos” (LIBÂNEO, 2013, p. 253). Em consonância, Vasconcellos (2000) esclarece que o planejamento é uma ação de cunho político-pedagógico pois traz intrínsecas intenções educacionais. “Planejar é elaborar o plano de intervenção na

realidade, aliando às exigências de intencionalidade de colocação em ação, é um processo mental, de reflexão, de decisão, por sua vez, não uma reflexão qualquer, mas grávida de intenções na realidade” (p. 43).

Nesse entendimento “a escola, os professores e os alunos são integrantes das dinâmicas das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais [...]”, por isso a “ação de planejar [...] é antes, a atividade consciente de previsão de ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas [...]” (LIBÂNEO, 2013, p. 222). Como sugere Libâneo, é função da escola e dos professores elaborar seus planos, selecionar conteúdos e métodos, ou seja, garantir os meios de organização do ensino, de acordo com as necessidades pedagógicas dos alunos. Nesse entorno, na experiência desenvolvida pelo PRP, os residentes participam da organização do planejamento pedagógico contando com o acompanhamento direto dos professores regentes das escolas-campo, dos coordenadores e dos preceptores. Selecionam conteúdos e métodos, confeccionam recursos e, principalmente, experimentam esses métodos, bem como tem a possibilidade de repensar o planejamento de acordo com os resultados vivenciados no percurso de vigência do PRP.

No que diz respeito ao método, outro importante componente didático da prática pedagógica, para Libâneo (2013, p. 150) é o “[...] de caminho para atingir um objetivo”.

Logo, as escolhas e utilização de determinados métodos pelo professor são definidas pela “relação objetivo-conteúdo, e referem-se aos meios para alcançar objetivos gerais e específicos do ensino” (p. 149). Nisso, podemos aferir que o professor deve ter conhecimento ao fazer a escolha por determinado método de ensino. Deve estar ciente do trabalho que pretende realizar, dos conteúdos que deseja explorar e por fim, do tipo de aprendizagem que pretende construir com seus alunos. Esse conhecimento no PRP pode ser construído e desenvolvido na ação conjunta dos atores envolvidos nesse processo.

Na compreensão de Libâneo (2013), a finalidade central da prática educativa é possibilitar às crianças e jovens a compreensão ampla da realidade social na qual estão inseridos, para que estes se tornem agentes ativos de transformação dessa realidade. Todavia, para que isso ocorra é preciso um grande investimento técnico e pedagógico por parte do Estado no que lhe cabe enquanto gestor do ensino e, do professor nos métodos de ensino, de modo que este elemento didático possa favorecer a existência de momentos de reflexão, compreensão e efetivação de formas de transformar a realidade social. Nessa compreensão, a definição do tipo de método utilizado pela escola e pelo professor irá determinar a concepção de ensino posta em prática em sala de aula.

Luckesi (2011, p. 37) ao se referir às práticas educativas, assegura que uma boa prática docente deve “oferecer ao educando condições de aprendizagem e, conseqüentemente, de desenvolvimento, tendo em vista sua formação como sujeito cidadão”. O autor destaca que somos “seres humanos, somos simultaneamente, sujeitos e cidadãos, e por isso, estamos em constante relação com nós mesmos, com os outros e com tudo que nos cerca” (p. 37). E por sermos seres sociais que nos constituímos na interação com nossos pares, é que a definição dos métodos de ensino deve primar pelo diálogo, pela convivência harmoniosa com o outro e com o meio ambiente.

Por fim, quanto à avaliação da aprendizagem, apontada por Luckesi (2011, p. 58) como o terceiro componente da prática pedagógica, esta visa “subsidiar o investimento na busca da realização dos objetivos estabelecidos, à medida que consiste em um modo de investigar para intervir, tendo em vista os melhores resultados”. A avaliação assenta-se como um elemento didático primordial que subsidia os resultados alcançados, além de oferecer indicativos dos aspectos pedagógicos que precisam ser repensados ou replanejados e até mesmo excluídos. Nessa direção Luckesi (2011) define o processo de avaliação como um “recurso subsidiário”, pois auxilia o professor e a escola em geral, no sentido de verificar se os resultados esperados foram realmente alcançados, ou se serão necessários a definição de novos métodos para que

se alcance estes objetivos. O ato de avaliar não se limita apenas em atribuir notas aos alunos, mas sobretudo “subsidiar de forma construtiva e eficiente o educando no seu autodesenvolvimento, o que se diferencia de esperar resultados bem-sucedidos” (LUCKESI, 2011, p. 21).

A avaliação como um elemento que perpassa todas as etapas do processo de ensino e de aprendizagem, “é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do professor como dos alunos”. Entendemos assim, que “a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem” (LIBÂNEO, 2013, p. 195). O ato avaliativo deve ser compreendido como uma ação constante, permanente e comprometida com o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem como um todo e não simplesmente, como um instrumento de verificação de aprendizagem e aferição de notas.

A partir da discussão elucidada sobre os elementos da prática pedagógica, faz-se necessário que os licenciandos, no decorrer de seu processo de formação inicial, tenham uma diversidade de experiências tanto teóricas, quanto práticas que os possibilitem construir os saberes docentes necessários ao desempenho do seu fazer pedagógico da sua profissão. E as disciplinas de Estágios Supervisionados Curriculares (obrigatório) distribuídas a partir do quinto período do curso de Pedagogia dão início a esse tipo de

conhecimento. O Estágio como componente curricular dos cursos de licenciatura “é um momento para os estudantes pensarem/entenderem à docência a partir do seu futuro e principal locus de atuação, a escola básica, consubstanciado por uma ação crítico-reflexiva” (ARAÚJO, 2019, p. 225). Quando este momento formativo acontece integrado às atividades do PRP, a possibilidade desta ação crítico-reflexiva ocorrer é demasiadamente maior, uma vez que os residentes têm a oportunidade de construírem os diversos saberes docentes por meio de um processo de formação dinâmico, colaborativo, construído em parceria com os diversos atores envolvidos, sob constante supervisão e direcionamento.

Na condição acima mencionada, o Estágio Supervisionado se torna “experiência formativa verdadeiramente plena de sentido para o estagiário à medida que o contexto escolar começa a fazer parte do seu sentir e viver a formação/profissão docente” (ARAÚJO, 2019, p. 225). Assim, pode constituir-se em uma “ação pedagógica transformadora-formativa” que “visa a subsidiar-auxiliar os estudantes na aprendizagem da docência e em uma futura atuação docente crítica, inovadora e transformadora da prática educativa” (ARAÚJO, 2019, p. 225).

Para que uma ação pedagógica concreta e capaz de subsidiar os licenciandos nos aspectos inerentes à identidade profissional ocorra, não basta que estes sejam encaminhados a uma escola de educação básica para

estagiar por um tempo de um mês ou pouco menos, a exemplo do que ocorre no curso de Pedagogia, campus Floresta. Nem é suficiente a orientação de um cronograma rígido, que segue um roteiro previamente estabelecido e orientado pelo professor da disciplina de Estágio Supervisionado. Este tipo de prática não dialética, muitas vezes se mostra insuficiente para a construção de saberes docentes alicerçados no processo de ação-reflexão-ação. “As atividades desenvolvidas no estágio devem abarcar a problematização, a dialogicidade e a reflexão da prática na prática” (ARAÚJO, 2019, p. 225).

Quando as disciplinas de Estágios Supervisionados são desenvolvidas de forma dialógica, envolvendo as instituições formadoras em parceria com a escola de educação básica, esses componentes curriculares se tornam “um momento significativo de aprendizagem da profissão docente; de aproximação do formando com sua futura profissão; de articulação da teoria e da prática e, sobretudo, um momento de convivência com o cotidiano escolar em suas várias nuances” (PANIAGO; SARMENTO, 2015, apud ARAÚJO, 2019, p. 255).

A complexidade do trabalho docente exige da formação inicial de professores, muito mais do que o domínio dos conhecimentos pedagógicos e dos conteúdos específicos da área de atuação, precisa abarcar ainda, a dimensão prática dessa formação. Consideramos que um curso de formação docente que abarca o aspecto prático da

profissão, deve garantir o exercício em situações experimentais voltadas para habilidades específicas consideradas como relevantes, ao bom desempenho docente (PIMENTA; LIMA, 2012). Para que esse tipo de experiência possa fazer parte da formação oferecida pelos diversos cursos de licenciatura presentes nas instituições de ensino superior do país, o PRP se coloca como uma oportunidade, no sentido de estabelecer um diálogo com as disciplinas de Estágios Supervisionados e a imersão dos licenciandos no cotidiano escolar, de modo que aconteça um trabalho conjunto e coletivo com as escolas de educação básica. A ideia é viabilizar a efetivação de uma formação docente complexa e que abarque a diversidade de saberes necessários à prática pedagógica. É sobre essa interlocução e integração entre as disciplinas de Estágios Supervisionados e o PRP que discorreremos a seguir.

Novas possibilidades de formação na interação entre os estágios supervisionados e o programa de residência pedagógica

Consideramos o diálogo uma potente ferramenta de progresso educacional, pois possibilita uma relação horizontal, concreta e complexa que olha para a materialidade desenvolvida no campo vasto da educação. E nestes termos, oportuniza o estabelecimento de aproximações entre o que temos como realidade posta e

aquilo que almejamos construir no futuro próximo para a formação docente, em uma ação conjunta, crescente, democratizadora de saberes, vivências e ações dos sujeitos.

Nessa perspectiva, as discussões relacionadas ao aperfeiçoamento da formação dos acadêmicos dos cursos de licenciatura e, nesse caso mais especificamente, no curso de Licenciatura em Pedagogia, quando somadas a complexidade do docente na contemporaneidade, anunciam a necessidade da implantação de um programa como a Residência Pedagógica. E em prol de apoiar as demandas instituições do ensino superior, cumprindo com a sua finalidade de investir, propiciar e aquiescer a formação inicial, como também continuada, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, instituiu em 2018 o Programa de Residência Pedagógica, através da Portaria nº 38, de 28 de fevereiro, com os objetivos de aperfeiçoar a formação dos licenciandos como também incentivar a reformulação do Estágio Supervisionado (BRASIL, 2018).

A partir dessa primeira portaria, a Capes buscou aperfeiçoar o PRP em decorrência das novas demandas de formação docente apontadas pelas IES, acompanhando as mudanças sociais, políticas, econômicas bem como as especificidades presentes nas escolas públicas de educação básica. Nessa direção, os objetivos específicos do PRP foram reformulados pela Portaria CAPES nº 82 de 2022 e estão assim definidos:

- I - estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
- II - contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;
- III - fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
- IV - valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional; e
- V - induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula (BRASIL, 2022).

Os objetivos do PRP evidenciam as lacunas existentes na formação inicial dos acadêmicos dos cursos de licenciatura, especialmente no que tange a interlocução entre teoria e prática. Belletati e Domingues (2019) numa reflexão sobre o quão desafiador é a formação do professor polivalente nos cursos de pedagogia, destacam a complexidade desta tarefa, ao pontuar os elementos principais que devem compor a formação desse profissional, a saber: unidade teoria e prática, conteúdos e metodologias específicas da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, ações integradoras e interdisciplinares, disciplina de didática e pesquisa.

O Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório) na configuração que se encontra organizado em alguns cursos de licenciatura é insuficiente para atender a complexidade

das demandas atuais da formação docente dos licenciandos, uma vez que deixam de proporcionar a construção de saberes e conhecimentos necessários a uma atuação profissional competente. Pimenta e Lima (2017) apontam para uma formação docente, oferecida pelas faculdades e universidades brasileiras, que não se comunica com as demandas curriculares atuais, assinalando para uma divergência do conhecimento disciplinar com a atuação prática. Assim, destacamos um hiato entre teoria e prática, que pode levar a formação de professores incapazes de agregar o conhecimento teórico com a prática docente. E o Estágio Supervisionado, quando trabalhado dentro de um modelo pedagógico amplo, a exemplo do que vem ocorrendo no PRP, pode ser uma alternativa para quebrar essa dicotomia.

Para Pimenta (2012) o Estágio Supervisionado pode ser compreendido como uma atividade teórica que perspectiva a construção cognoscitiva do futuro professor, por meio da reflexão da práxis. Dessa forma, “é a atividade teórica que possibilita conhecer a realidade, tomando-se essa realidade como objeto de conhecimento, como referência, para, a seguir, estabelecer-se idealmente a realidade que se quer” (PIMENTA, 2012. p. 205). Sobre esse aspecto, embasados em Hargreaves (2002) ressaltamos que, para além de propiciar o aperfeiçoamento de habilidades e competências técnicas e pedagógicas, a inovação necessária a prática docente proporcionada por experiências formativas, como os

Estágios Supervisionados e o PRP, capacitam os licenciandos a compreenderem as mudanças atuais vivenciadas no contexto social.

Nesse sentido, longe de ser uma visão pessimista ou isolada, notamos que algumas das práticas desenvolvidas nas disciplinas de Estágios Supervisionados, têm se mostrado limitadas no atendimento às necessidades formativas dos futuros docentes. Por isso, muitos questionamentos surgem: Até que ponto a complexidade do trabalho docente pode ser vivenciada pelos acadêmicos do curso de Pedagogia do Campus Floresta, durante as horas trabalhadas nas disciplinas de Estágios Supervisionados, levando em consideração a forma como vem ocorrendo, fracionada em uma rígida organização disciplinar e pedagógica, como apontada acima? As escolas da rede pública permitem que os graduandos, nas situações de estagiários, assumam todas as funções pedagógicas que devem ser oportunizadas na formação prática dos futuros professores? Nos momentos dos Estágios Supervisionados, há de fato supervisão adequada de todas as etapas? Ou os alunos são colocados apenas para cumprir protocolos sem a orientação devida e necessária ao aprendizado do exercício docente?

Se colocado em comparação o período de observação da prática docente realizado em cada disciplina de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório), no caso do Curso de Licenciatura em Pedagogia, é de aproximadamente 20 horas

cada, com o que estava estabelecido no primeiro Edital da Capes nº 06/2018 do PRP, veremos que o tempo de observação na escola para os residentes se alargava nas 440 horas de imersão no cotidiano escolar e abarcava as atividades de observação, planejamento e regência. O edital estava assim definido:

2.2.1 A residência pedagógica é uma atividade de formação realizada por um discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo.

2.2.1.1 A residência pedagógica terá o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades (BRASIL, 2018).

Ressaltamos que a carga horária do PRP era extensa para abarcar as múltiplas dimensões do fazer docente. Cabe lembrar que após o edital acima referenciado, onde se verificava uma distribuição de carga horária mais fechada, visando atender as solicitações das realidades escolares, novas portarias surgiram, flexibilizando ainda mais o PRP. Desse modo, a portaria de 2022 não define mais um quantitativo de horas para cada atividade na escola-campo, o que contribui para uma formação docente pautada nas necessidades das escolas. A quantidade de horas de

imersão dos residentes no espaço escolar, vivenciando uma diversidade de ações, traz uma contribuição notório do PRP para a formação destes profissionais.

Durante o andamento da observação nas escolas de educação básica, seja no desenvolvimento das disciplinas de Estágio Supervisionado, seja no PRP, foi possível não apenas observar a escola como um todo, mas também as atividades em sala, especificamente, experienciar as suas dinâmicas escolares, desde a disposição dos ambientes do espaço até a rotina e prática pedagógica dos professores regentes. O diálogo entre as duas experiências formativas se deu no âmbito do aprofundamento das observações do cotidiano escolar, por meio de uma maior flexibilidade na distribuição da carga horária do PRP, no desenvolvimento da construção de conhecimentos, da ação reflexiva ocorrida nos planejamentos pedagógicos, na familiarização com o ambiente escolar, com os professores experientes, com práticas e processos de ensinagem nos diferentes âmbitos escolares.

Observando como ocorre a materialidade do Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia, destacamos a necessidade de reformulação desse modelo disciplinar. Como acontece no curso, um professor ou dois se deslocam nas várias escolas do campo, no intuito de avaliar o desenvolvimento das atividades dos estagiários. Porém durante estes deslocamentos, muitas ações ocorrem nas escolas sem que sejam orientadas pelos responsáveis pelo

desenvolvimento das atividades. Mesmo com um roteiro de observação em mãos, os estagiários do curso de Pedagogia demandam um acompanhamento mais constante da atividade, como ocorre no PRP através da figura do preceptor. Este preceptor faz parte do corpo docente da instituição de educação básica e orienta o residente nas diferentes atividades que deve desenvolver na escola, juntamente com o professor regente e a coordenação pedagógica.

Uma formação docente que se faça motivadora e eficaz na construção de conhecimentos necessários à prática docente, passa pelo direcionamento inicial de um profissional formado e capacitado a direcionar os graduandos a captarem as vivências e meandros das realidades da educação e suas peculiaridades, de acordo com as questões sociais nas quais os sujeitos estão inseridos.

O PRP atua nas suas mais de 400 horas disponibilizadas aos licenciandos, capacitando-os a vivenciar o “chão da escola”, as nuances do dia a dia durante dezoito meses de atuação, seja nos planejamentos, nas formações, nas relações entre os diferentes agentes do fazer pedagógico. A proximidade com a realidade muito mais que observada, pode ser presenciada, revisitada e remodelada no PRP, durante as trocas de saberes, desde o observar até a prática propriamente dita. Nesse caso, as relações entre residentes, preceptores, professores regentes, coordenação

administrativa, coordenação pedagógica e gestor escolar, coordenação do programa de residência pedagógica asseguram não apenas o contato com a disposição hierárquica de uma organização educacional, mas o partilhar de diversas experiências, influências e realidades construídas conjuntamente que acrescentam, seja na formação docente, seja na identidade profissional.

No que tange ao planejamento, o Estágio Supervisionado, dispõe de 40 horas para cada disciplina e no caso do curso de Licenciatura em Pedagogia, acontece geralmente em uma semana corrida. Durante esse período, com os subsídios das vinte horas de observação, os estagiários produzem o planejamento didático. Mesmo com o apoio do docente que ministra a disciplina de Estágio Supervisionado, e algumas vezes, do professor regente, a produção desse planejamento fica comprometida, especialmente por dois fatores: o curto tempo destinado para a organização do plano e a confecção das atividades e a incoerência entre o modelo de planejamento exigido pelos professores das disciplinas (plano de aula) e aquele utilizado nas escolas da rede pública (sequência didática ou rotina pedagógica).

A ação de planejar, configura-se como ferramenta indispensável para aquele que deseja, para além de realizar algo com profissionalismo, alcançar objetivos pré-estabelecidos. No livro *A Arte da Guerra*, Sun Tzu esclarece:

É por isso que, na guerra, um estrategista vitorioso só procura a batalha quando seus planos indicam a possibilidade de uma vitória. E é por isso que aquele destinado ao fracasso luta antes de ter planos cuidadosos, achando que a vitória pode acontecer sem isso (TZU, 2011, p. 19).

O filósofo chinês, nesse aforismo intitulado de *Para evitar derrotas*, apresenta características, habilidades e estratégias de um lutador vitorioso antes e durante o combate. É necessário não perder oportunidades, possuir um plano cuidadoso, uma estratégia eficaz e avaliação prévia e contínua para garantir a vitória. A educação é nosso campo de batalha e de atuação. Nosso adversário a ser combatido é a formação docente aligeirada e distante da prática escolar, presente nas propostas e intencionalidades de um currículo pragmático e tecnicista, que afasta a formação docente de uma vertente humanista. Para que possamos vencer as barreiras de uma formação superficial e conquistar a autonomia docente, é indispensável um planejamento adequado à realidade da instituição escolar e referenciado em bases teóricas e científicas sólidas.

Dito isso, devido à um maior percurso destinado às atividades de planejamento no PRP, o residente aproxima-se com mais intensidade da realidade dos professores regentes e dos alunos, proporcionando maior autonomia ao futuro professor por viabilizar de fato o

conhecimento dos ambientes, os materiais didáticos e, conseqüentemente, os alunos e suas especificidades, fatores indispensáveis para um planejamento eficaz.

No que diz respeito a regência de classe, durante uma disciplina de Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia, são estipulados, em média 35 horas para essa finalidade. Tais experiências acabam enquadradas dentro de um padrão engessado e com lacunas que, por conta das ações anteriores (observação e planejamento), transitam distantes da realidade da profissão docente. Nesse caso, as regências possibilitam um breve preâmbulo de um primeiro contato com a sala de aula.

Cabe ressaltar, que os professores das disciplinas de Estágios Supervisionados possuem a obrigação de direcionar os graduandos nas ações a serem realizadas. Ele devem próximos e extremamente atentos para sempre direcionar as ações didáticas. Entretanto, como a carga horária de cada uma dessas disciplinas gira entre 90 e 135 horas, o cronograma de execução das diferentes atividades torna-se apertado em relação a quantidade de alunos e escolas atendidas. Dessa forma, um ou dois professores lotados nestas disciplinas não são suficientes para garantir o acompanhamento das atividades na sua amplitude. Assim, em geral, estes professores dos Estágios Supervisionados comparecem à escola-campo apenas no momento de avaliar o estagiário.

Em contrapartida, no PRP, às regências de classe são orientadas a acontecer no decorrer de todo o programa. O fato de possuir anteriormente uma observação e planejamento, realizado com o apoio e supervisão de toda equipe escolar, sendo essa composta por gestores, coordenadores, professores regentes e preceptor, confere novos significados ao momento da regência, tanto para a formação do futuro docente quanto para sua atuação profissional.

Nesse sentido, a experiência de regência de classe no PRP acontece com mais proximidade à realidade do “chão da escola” pois, o residente pode nas ações anteriores a regência, vivenciar os momentos de fato, observar com maior propriedade, experimentar e se apropriar dos espaços, como também conhecer as especificidades dos discentes. Todos esses fatores possibilitam a construção da autonomia necessária à prática da regência.

Para além dessas questões de cunho didático-pedagógicos e estruturais de cada modelo de formação, um aspecto significativo é que, ao contrário do que ocorre nos Estágios Supervisionados, o PRP garante uma remuneração para os envolvidos. Os valores ainda são insuficientes para as condições e realidades do Brasil, mas, sem dúvidas, viabilizam um leque maior de oportunidades de realização do ofício na materialidade do transporte, alimentação e compra de materiais didáticos. Isso, por sua

vez, configura uma maior identificação do residente com a realidade escolar.

Nessas condições, o PRP configura-se não apenas como mais um programa de formação, mas como uma aproximação, uma vivência no lócus de atuação do pedagogo. No entorno das discussões, destacamos que o mergulho no ambiente e rotina escolar, bem como nas nuances presentes na escola, fazem do PRP uma oportunidade de construção identitária do futuro profissional docente e uma experiência mais próxima da realidade escolar.

Considerações finais

Dessa maneira, embasados na concepção de construção conjunta de ações formadoras e integradas, bem como da necessidade de mudanças que atendam às realidades das escolas de educação básica, a experiência piloto no curso de Pedagogia do campus Floresta, aqui discutida, agregou duas importantes atividades formativas, o Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório) e o Programa de Residência Pedagógica. A experiência se mostrou eficiente no caminho de aproximar a universidade, como instituição formadora, da escola básica, como o campo de atuação do futuro professor. Nesses termos, a atividade piloto, buscando atender as necessidades de formação do curso de Licenciatura em Pedagogia e

amparada na Resolução Cepex nº 125, de 25 de outubro de 2022, efetivou o aprimoramento da formação docente, perspectivando novos modelos de organização das atividades de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório).

A necessidade de renovação da formação docente é constante. Entre os desafios, sobressaem aqueles decorrentes e que emergem da contemporaneidade, “urgências colocadas pelas transformações sociais que atingem os diversos âmbitos da atividade humana e penetram os muros da escola” (Gatti; Barreto, 2009, p. 12). Novos saberes, novas ciências, novas formas de ser e estar em sociedade, acabam levando para o ambiente escolar, incontáveis desafios e possibilidades de construção de uma escola cada vez mais flexível, diversa e complexa.

Diante dessa metamorfose constante, o diálogo entre a iniciação à docência, as diferentes e importantes contribuições do Estágio Supervisionado e do PRP para a construção da identidade profissional, a aquisição dos saberes necessários à profissão docente, bem como o contato com as realidades escolares brasileiras, tem contribuído para a reformulação da formação dos licenciandos.

Se por um lado, a inflexibilidade do modelo, por vezes consolidado nas disciplinas de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório) em algumas faculdades e universidades, corrobora para o engessamento das

oportunidades formativas e profissionais do licenciando, por outro, os diálogos e disposições do PRP, torna possível a flexibilidade nos dos modelos de formação para a docência. Além disso, deixa latente a contribuição dos diversos atores da ação educativa na instituição escolar: gestores, coordenadores, preceptores, residentes, professores regentes, assistentes educacionais que a seu modo, fazem do PRP uma frente ativa de formação de futuros profissionais educadores, consolidada na construção de saberes e identidades docente.

Se antes a formação docente se baseava em modelos descolados das realidades educacionais brasileira, fixados em práticas e saberes verticalizados, a experiência interativa entre as atividades dos Estágios Supervisionados e o PRP, vem trilhando novos ares de esperança ativa, partindo dos “chãos das escolas” e suas vivências desafiadoras. Tais vivências nos levam a crer que os alicerces de uma formação docente permanente, sistemática e específica estão fincadas na intencionalidade da prática consciente do fazer pedagógico diário. Fazer que é permitido por meio das mais de 400 horas de imersão no fazer escolar que o PRP proporciona, conectando a teoria e a prática na reflexão sobre as intenções de cada ação pedagógica.

Nesse sentido, somamos nossas vozes à de Edgar Morin (1999), que destaca a importância da prática da contextualização como um fator que contribui para a educação do futuro, enfatizando a necessidade primordial

da interação entre os conteúdos das mais diversas áreas do conhecimento. O autor atribui à educação, a característica de unificar os conhecimentos em um contexto dialógico, isto é, através de uma lógica multidimensional capaz de desenvolver e, sobretudo, estabelecer a prática pedagógica em uma progressão das partes para o todo, onde a contextualização das vertentes do conhecimento possa elevar o nível de consciência de mundo e do indivíduo, para além das fronteiras de um determinado saber.

Assim, destacamos que os diálogos decorrentes da interação entre Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório) e PRP, caminham somando esforços para o aperfeiçoamento da formação docente, proporcionando aos licenciandos uma iniciação no cotidiano escolar, capacitando-os nos aspectos formativos e profissionalizantes, bem como nas questões referentes à identidade docente.

Referências

ARAÚJO, OSMAR HÉLIO ALVES. “NOVA” POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: PARA ONDE CAMINHA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO? **SÉRIE-ESTUDOS**, CAMPO GRANDE, MS, v. 24, n. 52, p. 253-273, SET./DEZ. 2019. DOI

<HTTP://DX.DOI.ORG/10.20435/10.20435/SERIE-ESTUDOS.V20I52.1270>.

BRASIL. **PORTARIA Nº 82 DE 26 DE ABRIL DE 2022**. DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA. DISPONÍVEL.

<HTTPS://WWW.GOV.BR>. ACESSO EM 15 DE MAIO DE 2023.

BRASIL. **PORTARIA Nº 38 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018**. INSTITUI O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA. DISPONÍVEL EM:

<HTTPS://WWW.GOV.BR/CAPES/PT-BR/CENTRAIS-DE-CONTEUDO/28022018-PORTARIA-N-38-INSTITUI-RP-PDF>. ACESSO EM: 15 DE MAIO, 2023.

CUNHA, RENATA CRISTINA OLIVEIRA BARRICHELO; PRADO, GUILHERME DO VAL TOLEDO. FORMAÇÃO CENTRADA NA ESCOLA, DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL DE PROFESSORES. **REVISTA DE EDUCAÇÃO PUC-CAMPINAS**, CAMPINAS, n.28, p.101-111, JAN./JUN., 2010

DOMINGUES, ISANEIDE. BELLETATI, VALÉRIA CORDEIRO FERNANDES. **O ENSINO DE DIDÁTICA E METODOLOGIAS ESPECÍFICAS**: CAMINHOS INOVADORES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES POLIVALENTES EM CURSOS DE PEDAGOGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO. ED. 1. ED. CORTEZ, SÃO PAULO, 2019.

GATTI, ANGELINA; BARRETO, ELBA SIQUEIRA DE SÁ (ORGS.). **PROFESSORES DO BRASIL**: IMPASSES E DESAFIOS. BRASÍLIA: UNESCO, 2009.

HARGREAVES, ANDY. **APRENDENDO A MUDAR**: O ENSINO PARA ALÉM DOS CONTEÚDOS E DA PADRONIZAÇÃO. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2002.

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. **DIDÁTICA**. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2013.

LUCKESI, CIPRIANO CARLOS. **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMPONENTE DO ATO PEDAGÓGICO**. 1. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2011.

MORIN, E. **OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO**. SÃO PAULO: CORTEZ EDITORA UNESCO, 1999.

PADILHA, PAULO ROBERTO. **PLANEJAMENTO DIALÓGICO**: COMO CONSTRUIR O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA. SÃO PAULO: CORTEZ; INSTITUTO PAULO FREIRE, 2001.

Atividade interativa entre o estágio supervisionado e o programa de residência...

Maria Irinilda da Silva Bezerra • Rafael Cauê Leite Fabrício

PANIAGO, ROSENILDE NOGUEIRA; SARMENTO, TERESA. O PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PORTUGUESES E BRASILEIROS. **REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO**. NATAL, RN, v. 53, n. 39, p. 76-103, MAIO/AGO. 2015. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFRN.BR/EDUCAOEMQUESTAO/ARTICLE/VIEW/8521](https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8521). ACESSO EM: 4 JUN. 2018.

PIMENTA, SELMA GARRIDO. **O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UNIDADE TEORIA E PRÁTICA?** 11. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2012.

PIMENTA, SELMA GARRIDO; LIMA, MARIA SOCORRO LUCENA. **ESTÁGIO E DOCÊNCIA**. 7. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2012.

TZU, SUN. SÉCULO VI A.C. **A ARTE DA GUERRA** / SUN TZU; TRADUÇÃO ELVIRA VIGNA. - [ED. ESPECIAL]. - RIO DE JANEIRO: NOVA FRONTEIRA, 2011. (SARAIVA DE BOLSO).

UFAC. **EDITAL PROGRAD Nº 13/2022**. SELEÇÃO DE SUBPROJETOS PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.UFAC.BR](https://www.ufac.br).

UFAC. **RESOLUÇÃO CEPEX Nº 125, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022**. DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ESTUDOS NAS DISCIPLINAS DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO, DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, PARA DISCENTES RESIDENTES (BOLSISTAS E VOLUNTÁRIOS) NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.UFAC.BR/SITE/OCS/CONSELHO-CEPEX/RESOLUCAO-CEPEX-125-25-10-2022-DISPOE-SOBRE-O-APROVEITAMENTO-DE-ESTUDOS-NAS-DISCIPLINAS-DE-ESTAGIO-CURRICULAR-SUPERVISIONADO-OBIGATORIO-DOS-CURSOS-DE-LICENCIATURA.PDF/VIEW#:~:TEXT=DISP%C3%B5E%20SOBRE%20O%20APROVEITAMENTO%20DE,PROGRAMA%20INSTITUCIONAL%20DE%20RESID%C3%AANCIA%20PEDAG%C3%B3GICA](http://www2.ufac.br/site/ocs/conselho-cepex/resolucao-cepex-125-25-10-2022-dispoe-sobre-o-aproveitamento-de-estudos-nas-disciplinas-de-estagio-curricular-supervisionado-obrigatorio-dos-cursos-de-licenciatura.pdf/view#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20aproveitamento%20de,Programa%20Institucional%20de%20Resid%C3%Aancia%20Pedag%C3%B3gica). ACESSO EM: 15 DE MAIO, 2023.

VASCONCELLOS, CELSO. **PLANEJAMENTO: PROJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**. 9 ED. SÃO PAULO: LIBERTAD, 2000.